ATA 03/2015

REUNIÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE CRICIÚMA

07.05.2015

1 Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, realizou-se no Salão Ouro Negro
2 na Prefeitura de Criciúma, a reunião ordinária com os membros do Conselho de
3 Desenvolvimento Municipal do Plano Diretor Participativo de Criciúma. Os trabalhos
4 começaram às 19h e 10min, com a presença dos membros relacionadas na lista de presença
5 parte integrante desta ata. A reunião foi aberta pelo Presidente do CDM o advogado Juliano
6 da Silva Deolindo que agradeceu a presença de todos nesta data, justificando as ausências nas
7 reuniões anteriores, eis que em virtude de viagem e em razão de compromissos particulares,
8 informou ainda que sempre teve um sonho pessoal de realizar uma segunda graduação que é
9 justamente arquitetura e urbanismo e tendo em vista a abertura de um curso noturno, viu a
10 chance de concretizar seu sonho, sendo assim em virtude de não conseguir conciliar as duas
11 atividades, solicita a sua retirada da presidência do conselho, informa que continua duas vezes
12 por semana na secretaria do planejamento e desenvolvimento econômico contribuindo e
13 assessorando esta na parte do urbanismo, sendo que a ideia é agregar conhecimento e poder
14 quem sabe daqui alguns anos voltar aqui ao conselho e contribuir ainda mais, só que
15 infelizmente de agora em diante não tem como continuar. Agradeceu mais uma vez, e espera
16 ter ajudado neste um ano, continua a disposição só que infelizmente no conselho não tem
17 como permanecer. Após, passou a palavra ao vice-presidente, o secretário de planejamento Sr.
18 Jader Westrup que deve ficar interino até a próxima eleição que assim se manifestou: Boa
19 noite a todos o Juliano já vinha conversando comigo há alguns dias pela dificuldade de estar
20 presente nas reuniões e nós hoje durante o dia começamos a pensar o que fazer, se faríamos
21 hoje já uma reunião diferente, cancelaria a pauta, mas obviamente todos os conselheiros
22 precisavam ser consultados primeiro, então a sugestão que foi dada até pelo que consta no
23 regimento é que se faça a interinidade, o vice presidente assume, e minha sugestão é que se
24 faça nova eleição para eleger um novo presidente. Eu acho que esse é o melhor caminho, é
25 claro que este conselho desde o ano passado quando assumimos e o Juliano como presidente
26 sempre primamos pelo diálogo, pelas sugestões e pela própria democracia como ela deve ser,
27 nós temos que tentar fazer isso em conjunto, conversando com todos vocês, pois tem
28 conselheiros aqui bem mais experientes do que nós e, obviamente, poderiam contribuir muito
29 mais. Sendo assim, a sugestão que eu dou agora é fazermos a interinidade e, logo em seguida,
30 construir uma eleição ou até consultar algumas pessoas que queiram assumir como presidente,
31 para que assumam como presidente. A seguir foi deixada a palavra em aberto para que todos
32 possam socializar colocando suas dúvidas e até sugestões. O conselheiro Eduardo Tasca
33 mencionou que o questionamento dele é com relação à fiscalização da prefeitura, fazendo o
34 seguinte questionamento ao secretário de planejamento: Quantos fiscais tem? Quantos carros?
35 E se tem um mapa de planejamento de área que eles passam, por exemplo, a cada 15 dias ou
36 20 dias. Se existe isso ou não? Porque se não existe isso fica muito inócuo nos virmos aqui e
37 nada acontecer. É hora de retomar a ter esse papel que é muito importante na questão da
38 fiscalização, porque há muita coisa irregular nesta cidade. O Secretário do Planejamento Jader
39 Westrup informou que terá prazer em responder as indagações do conselheiro Eduardo Tasca,
40 inclusive ao próprio conselho, mas a pauta do conselho não é esta, aqui hoje nós temos que
41 tratar o que foi colocado em pauta, fazendo a seguinte colocação: O ano passado foi feito um

42 diagnóstico disso, a Sra. Tânia Barcelos Nazari está aqui há bastante tempo, trabalha
43 diretamente nesta área, e colocou todas as dificuldades encontradas que ela tem e não são
44 poucas, poucos veículos, fiscais até tem mais não conseguem fazer o rodízio por conta de
45 carros, etc. O Prefeito Márcio Búrigo deu uma determinação com relação a calçadas e
46 terrenos baldios que é o grande problema e intensificou isso, tanto é que nos geramos um
47 ciúme muito grande na prefeitura por conta de que houveram dois carros queimados naquele
48 período do vandalismo e imediatamente foram repostos com veículos zeros, que já foram
49 entregues e estão no trabalho exatamente para que este trabalho não parasse, mas a demanda é
50 muito grande e, infelizmente, as irregularidades são imensas. A semana passada foi lançada a
51 conversa sobre a revitalização da propaganda que é responsabilidade da nossa secretaria. Essa
52 lei da propaganda para vocês terem uma ideia prevê os leds (as propagandas de painéis ou
53 outdoors em leds). Ontem inventaram um caminhão móvel para um led, para um painel de
54 led, que vai circulando na cidade e ele entra em terreno baldio próximo das ruas e coloca-se lá
55 e acende aquele negócio absurdo praticamente em cima da calçada, sabe o que está
56 acontecendo? 25% de acidentes de veículos causados por propagandas irregulares. Olha a
57 situação em que nós nos encontramos. Nós vamos ter que fazer alguma coisa, vamos ter que
58 mexer. O Prefeito Márcio nos autorizou porque existe o problema do político do ano eleitoral
59 e tudo mais. Nós estamos tentando fazer aquilo que é cabível com o tempo e os recursos que
60 nós temos e que são limitados. Eu continuaria esta conversa aqui para qualquer um dos
61 senhores em outro momento, pois eu gostaria que voltássemos à pauta. A arquiteta Tânia
62 Barcelos Nazari pediu a palavra e se manifestou: Irregular é aquilo que não tem licença, ou
63 seja, pode ter licença e não estar regularizado. Nós estamos pegando processos parados e
64 dando encaminhamento. Por exemplo, tem casa no bairro Pio Correa que tem licença, mas
65 não conclui o processo, por isto não está regularizada. A própria casa que desabou não tinha
66 licença da prefeitura. Pode ter um fiscal em cada terreno e no fim de semana o fiscal vai
67 descansar e então vão e constroem, assim a gente não vai dar conta nunca, infelizmente. O Sr.
68 Eduardo Tasca disse: Eu coloco como sugestão ir ao rádio de vez em quando informar para
69 não construir na beira de rio, não faça sua casa sem licença, eu acho que esse recado é bom. A
70 gente se habitua a gente sabe disso, mas a população não sabe. O Sr Jader acrescentou: Esses
71 dias atrás eu acompanhei a Ângela Mello, da Defesa Civil, numa das passagens às áreas de
72 risco do município (beiras de rios, córregos, etc) vocês não fazem ideia de quantos
73 barraquinhos saem durante a madrugada, ou seja, são levantados. Chegam as 4/5 horas da
74 tarde de sexta-feira e sábado à noite está pronto e já estão comemorando. Após o presidente
75 interino e Secretário do Planejamento Jader pediu para voltar-se a pauta perguntando aos
76 conselheiros quem queria fazer uso da palavra com relação à troca de presidente, a
77 interinidade, se tem alguma sugestão a dar. O Sr. Ayser Guidi perguntou: Só uma pergunta o
78 que o regulamento/regimento diz a respeito. O Sr. Giuliano Colossi respondeu: O regimento
79 diz que o presidente tem mandato por cinco anos e que a qualquer momento pode renunciar e
80 pode haver uma nova eleição, como pode o vice-presidente assumir. O Sr. Jader acrescentou:
81 A primeira opção é o vice-presidente assumir, então eu posso assumir, há uma renúncia assim
82 como qualquer outra situação em que o presidente renúncia e assume o vice presidente. Só
83 que eu como secretário gostaria de ficar na interinidade e chamar uma eleição é essa a minha
84 sugestão. A Sra. Elizete Machado disse: Eu tenho uma vaga lembrança de que na vacância do
85 presidente assume o vice-presidente, aliás, é uma das atribuições do vice-presidente. O Sr.
86 Jader respondeu: Porque que eu devo ficar na interinidade, primeiro porque eu sou o
87 secretário de planejamento então eu tenho uma ligação direta e eu não gosto muito de ficar
88 misturando as coisas porque eu acho que a imparcialidade a neutralidade, são importantes,
89 mesmo eu tendo isso como premissa básica até da minha vida, mas fica um negócio estranho.
90 É óbvio que nós vamos tocar enquanto a gente puder tocar e depois nós construímos isso com
91 tranquilidade, porque também não temos pressa. Se os conselheiros quiserem que na próxima

92 reunião já tenha nova eleição, eu vou fazer isso, mas eu sinto que nós construímos uma coisa
93 tão boa aqui e o conselho trabalha tão bem, que está tão claro e objetivo que a gente pode
94 ficar na interinidade e então resolver isso com muita calma muita serenidade, é a minha
95 leitura. O caráter legal está sendo observado e obedecido. Então vamos voltar à pauta. O Sr.
96 Jeferson Aléssio perguntou: A questão das reuniões. É obrigatório a câmara temática se reunir
97 uma vez por mês? O Sr. Giuliano Colossi informou que depende da demanda. Giuliano falou
98 ainda que esse assunto seria tratado na presente reunião. São assuntos daquela reunião
99 passada que serão colocadas para o conselho o porquê da demanda, é aquela questão do
100 permissível. O Sr. Giuliano Colossi lembrou os membros dentro dos assuntos a serem
101 tratados, que na semana que vem, ou seja, próxima quinta-feira (dia 14.05.2015 às 19 horas)
102 vai ter a audiência pública do EIV do Shopping das Nações aqui no salão ouro negro, quem
103 vai fazer a explanação é o engenheiro responsável pela obra. Esta audiência pública foi
104 avisada e publicada conforme previsto em lei. Informou ainda que a divulgação já ocorreu há
105 um mês atrás, através de publicação no diário oficial e em jornal de circulação regional e
106 também foi comunicado os conselheiros via e-mail. Foi feito o que está previsto na lei, O MP
107 está sabendo, a imprensa, todos estão sabendo. A seguir o Sr. Giuliano Colossi colocou a
108 pauta da reunião de hoje: que seria a aprovação da ata anterior, apresentação dos processos
109 administrativos analisados pela câmara temática II (de acompanhamento e controle do plano
110 diretor), apresentação dos assuntos apresentados na câmara temática I (de instrumentos de
111 indução do desenvolvimento urbano), apresentação e aprovação de proposta de lei para
112 criação do FUNDEM – Fundo de Desenvolvimento Municipal; apresentação e aprovação de
113 textos para a definição dos “usos permissíveis”. Foi colocado que cada conselheiro que queira
114 falar diga primeiro seu nome, tendo em vista que está sendo gravado e fica difícil depois na
115 gravação identificar quem falou para escrever a ata, senão, não dá para fazer uma ata correta,
116 por esta razão é encaminhado a todos para opinarem e, posteriormente, se necessário ser
117 corrigida. Nós colocamos como regra também que as considerações devem ser feitas 24 horas
118 antes da reunião de hoje, porque a gente tem que fazer a apresentação e isso demora um certo
119 tempo. A seguir o Sr. Giuliano Colossi passou a explanação dos processos fazendo breve
120 histórico de cada um bem como apresentou a conclusão da Câmara Temática para então
121 colocar em votação, passando a seguir ao julgamento dos referidos processos na seguinte
122 ordem. Temos 04 processos que tratam de antenas de telefonia celular nesta cidade. Essas
123 antenas dependendo do zoneamento em que se estabelecem são usos permissíveis, ou seja,
124 aquele uso que tem que passar pelo conselho para aprovar.

125 **Processo nº 438966 - Requerente: Ageplan Engenharia Construções Ltda.** Foi
126 apresentado aos presentes as questões legais referentes ao zoneamento do solo onde esta
127 atividade é permissível, além da legislação específica que é atendida, posteriormente, foi
128 informado que a licença se dará após análise da FATMA e será exigida a elaboração de EIV.
129 Esta atividade foi deferida pelos presentes na Câmara Temática, para o local a que se pretende
130 instalar, houve um voto contrário. Em seguida foi colocado em votação se acompanhavam ou
131 não o parecer da câmara temática. Após foi dada a palavra aos conselheiros para que se
132 manifestassem. O conselheiro Sr. Diógenes Nunes de Almeida assim se manifestou: Esta
133 atitude vem ao encontro do momento que nós estamos passando, a preocupação com o social
134 e eu coloquei que dentre esses se colocasse no TAC que a operadora disponibilizasse wi-fi
135 grátis para a comunidade naquela praça, eu vejo que o poder público deve-se preocupar
136 bastante com essa parte que ao longo do tempo em que se vai projetando tanto por telefonia
137 quanto a parte do parcelamento do solo verificar a possibilidade de em conjunto tanto o poder
138 público como o empreendedor, quando digo isso não quer dizer que vamos transferir tudo
139 para o empreendedor. Ao fazer um projeto que já se faça essa observação. Outra colocação,
140 que eu vi foi aquele outro processo que nós votamos também do loteamento do Fontana, onde
141 praticamente fui voto vencido, todo mundo após o caso da Mirela se preocupa que tem que se

142 dar atividade para a comunidade, mas como nós estamos planejando os loteamentos para as
143 comunidades? Sem possibilidade de nada. Seria o caso de repensar vocês aí como urbanistas
144 no caso tipo aquele do Fontana o poder público quando fizer um loteamento já ampliar não
145 quer dizer que é o Fontana que vai doar, uma parte seria ele, mas a outra o poder público.
146 Projetou qualquer loteamento no município já verificar a parte que venha auxiliar no combate
147 a inatividade da juventude. Não é só porque está dentro da Lei que o Fontana tem que deixar
148 10% não se preocupar em ampliar, por exemplo, colocar 20%, ou se preocupar em verificar
149 nas áreas ao redor, mas que se faça alguma coisa, que se planeje uma maneira de combater
150 essa criminalidade. A Sra. Elizete Machado questionou: Se existe na lei uma distância mínima
151 que deve ser obedecida? Foi respondido pela mesa que: Na verdade a lei coloca uma distância
152 mínima entre hospitais, asilos, residência como sendo 30 metros da altura da torre, isto consta
153 na legislação específica. Aliás, a FATMA só vai liberar a licença se obedecer a essas regras.
154 Na verdade, esses processos só vêm ao conselho porque estão obedecendo à lei, de qualquer
155 forma ainda vai ter a liberação da FATMA e o EIV, para depois efetivamente poder aprovar.
156 O Sr. Jader disse: Mesmo assim, como a antena de celular é algo polêmico nós já estamos nos
157 antecipando aos problemas para que não ocorra em erros de esquecer alguma coisa, até
158 porque vamos ser sinceros tem muita gente contra as torres de antena de celular, mas a
159 maioria é a favor e, infelizmente, a maioria da sociedade não aparece, não estamos falando do
160 conselho e nós precisamos apressar esse processo porque existe uma demanda muito grande e
161 muita cobrança em cima disso. O Sr. Tasca acrescentou: Não tem como? Porque tem uma
162 facção que diz que é prejudicial e outra diz que não, só o tempo vai dizer isso. O Sr. Juliano
163 Deolindo acrescentou que: Toda essa questão do social é objeto lá quando da elaboração do
164 EIV, aqui é meramente permitir ou não, porque aprofundamento de EIV não é objeto aqui. O
165 Vereador José Carlos Mello questionou: Nós sabemos que no mesmo bairro existe uma antena
166 que está paralisada por ordem judicial. Eu gostaria de saber de vocês qual foi a motivação que
167 fez com que a justiça desse essa determinação? A Sra. Tânia respondeu que: Porque é zona
168 residencial e aqui é zona mista. E o vereador Mello questionou: Mas então porque foi
169 aprovado? A Sra. Tânia respondeu: Porque estava dentro da lei, também porque o antigo
170 plano diretor não fazia restrição que o novo plano faz. O vereador Mello questionou: Ele já
171 tinha conseguido a licença? O Sr. Jader respondeu que já havia sido dada a licença, ele
172 conseguiu e renovou. Isto foi uma polêmica muito grande porque todo mundo dizia que havia
173 sido feita uma falsificação de alvará aí nós provamos que não havia nada disso, muito pelo
174 contrário, tinha tido uma autorização lá, a empresa que iria instalar demorou em fazer a
175 instalação, demorou para começar a obra, e assim criou um constrangimento com relação a
176 isso, mas de qualquer forma dentro daquela linha nós fomos lá e mostramos que não tinha
177 essa irregularidade, mas mesmo assim a justiça entendeu por proibir. A seguir foi colocado
178 em votação, tendo o conselho acompanhado a câmara temática. Aprovado pela maioria dos
179 presentes. Houve 01 voto contrário.

180 **Processo nº 438967 – Requerente: Ageplan Engenharia e Construções Ltda.** Foi
181 apresentado aos presentes as questões legais referentes ao zoneamento do solo onde esta
182 atividade é permissível, além da legislação específica que é atendida, posteriormente, foi
183 informado que a licença se dará após análise da FATMA e será exigida a elaboração do EIV.
184 Esta atividade foi deferida pelos presentes na reunião da Câmara temática, para o local a que
185 se pretende instalar. A Sra. Elizete machado disse: Quero deixar bem claro o seguinte nós
186 aprovamos a área permissível, porém, as questões legais do EIV, da parte legal ambiental
187 quem vai dar a licença ou não é a FATMA, respeitando os limites previstos na legislação. A
188 Fátima não vai liberar nada se não estiver de acordo com a legislação ambiental. Só para
189 esclarecer a gente está aprovando zoneamento uso permissível, agora com relação a se pode
190 ou não é questão ambiental de competência da FATMA. O Sr. Juliano Deolindo disse: Só
191 para acrescentar e deixar bem claro essa exigência tanto da FATMA como do EIV vai na

192 resolução que é o resumo, mas é o que efetivamente autoriza. A decisão do conselho se
193 resume na resolução e lá vai estar essas duas exigências, tanto da FATMA quanto do EIV, A
194 Sra. Tânia acrescentou: Mas esse uso o plano diretor exige, só para deixar bem claro esta
195 preocupação. O Sr. Tasca questionou a Sra. Tânia: Quanto ao plano diretor em alguns
196 edifícios comerciais poder-se-ia colocar antena? A Sra. Tânia respondeu: Pode, já temos até
197 um caso aqui, tem espaço que essa parte de telefonia está sendo subutilizada e poderia até
198 fazer uma parceria com o dono, mas estas antenas elas têm, isto é feito por coordenada, mas
199 isto não quer dizer que vai ser aprovado, pode ser que aqui não vai ser o lugar ideal, pode ser
200 que gente de a autorização e não seja colocado. A lei da antena sobre edificações não precisa
201 de licença da prefeitura. O Sr. Ayser questionou: Não seria o caso de se aprovar isso em
202 definitivo após o caso de uma autorização, uma licença da FATMA. Respondeu-se que não,
203 até porque a FATMA só vai analisar se tiver licença do Município. Ela só pode mexer se tiver
204 a nossa autorização. Uma coisa é pre-condicionante a outra. O Sr. Rogério Baldessar
205 perguntou: A torre tem que ter 30 metros cada lado? Respondeu-se que a torre é 30 metros na
206 direção do sinal. Daí não pode ter edificação? Pode, mas não vai ser permitido.
207 O Sr. Jader acrescentou: Os 30 metros são por uma questão do sinal, é uma questão técnica,
208 não é porque não pode construir por conta de qualquer outra razão e só porque tem que estar
209 livre do sinal, não é da base, pode ter casa do lado, mas na parte superior da torre tem que
210 estar num raio de 30 metros. Se alguém quiser construir um prédio do lado ele vai ter que
211 respeitar os 30 metros, é quem chegar primeiro. O Sr. Diógenes disse: Talvez esclareça para
212 quem estiver chegando no conselho. Quando a gente estudou essa parte da mudança na
213 elaboração do plano diretor foi muito rápido. Qual foi o critério técnico utilizado que numa
214 zona residencial não pode colocar antena, quando foi discutido isso aí eu não me lembro,
215 porque que restringiu numa zona residencial e numa zona ZR3-8 que tem prédio essas coisas
216 são permissíveis? Qual foi o critério na época. O Sr. Giuliano respondeu que foi basicamente
217 o zoneamento e a questão do uso relacionado com o zoneamento, um uso mais misto era
218 permissível. E urbanisticamente falando, na questão da infraestrutura, pois se houver só
219 residências uma torre de 30 metros fica meio descabida, o impacto visual é muito grande,
220 diferente de uma região que tem 04 ou 08 pavimentos, porque só pode de 08 pavimentos para
221 frente, daí a torre fica meio escondido dessa escala. O Sr. Diógenes respondeu: Nisso aí eu
222 discordo, tecnicamente, pois existe até um filme americano que passou e que a fundação
223 provou que o eletromagnetismo causou doença. Houve diversas manifestações dos membros
224 pró e contras, porém não foi possível captar as falas. A seguir foi colocado em votação. O
225 conselho acompanhou o parecer da câmara temática, sendo aprovado pela maioria. 01 voto
226 contrário.

227 **Processo nº 439207 – Requerente: Ageplan Engenharia e Construções Ltda.** Foi
228 apresentado aos presentes as questões legais referentes ao zoneamento do solo onde esta
229 atividade é permissível, além da legislação específica que é atendida, posteriormente, foi
230 informado que a licença se dará após análise da FATMA e será exigida a elaboração de EIV.
231 Esta atividade foi deferida pelos presentes, para o local a que se pretende instalar. Em seguida
232 foi colocado em votação, tendo o conselho acompanhado o parecer da câmara temática.
233 Aprovado pela maioria. Houve 01 voto contrário.

234 **Processo nº 442107 – Requerente: Highline do Brasil Infraest. para Telec. S/A.** Foi
235 apresentado aos presentes as questões legais referentes ao zoneamento do solo onde esta
236 atividade é permissível, além da legislação específica que é atendida, posteriormente, foi
237 informado que a licença se dará após análise da FATMA e será exigida a elaboração de EIV.
238 Esta atividade foi deferida pelos presentes na reunião da Câmara temática, para o local a que
239 se pretende instalar. Esse tipo de antena no topo dos prédios pelo plano diretor antigo bem
240 como a lei específica de antena nem precisava da aprovação da prefeitura. O Sr. Giuliano
241 disse: Nestes casos, quando for de antena em topo dos edifícios não precisaria passar pelo

242 conselho, sendo que essa é uma opinião minha. A gente já pode emitir a liberação,
243 providenciando o estudo do impacto de vizinhança, para então liberar um pouco as atividades
244 do conselho. No edifício, ela já está no alto do prédio, das edificações mais em baixo não teria
245 nenhum problema, porque a onda é nesse sentido, portanto, quanto mais alto o prédio melhor
246 a colocação de antena de celulares no topo, e a lei de antena. O Sr. Edegar Generoso
247 questionou: Foi dito que quando instalada no topo é isenta da licença no Município, a
248 legislação específica diz isso, esse plano diretor é que não isentou, mas então nós acatamos a
249 lei da antena, porque ainda tem que ter o aval do condomínio. O Sr. Jader acrescentou: O aval
250 do condomínio é uma coisa natural porque vai ser colocado lá e provavelmente eles vão
251 alugar aquele espaço, ou alguma coisa neste sentido. Podemos colocar em votação. Neste caso
252 específico dá para fazer 02 votações. 1- específico a este caso. Aprovado pela maioria, sendo
253 02 votos contrários. 2ª votação com relação ao gênero – tudo tem que obedecer a legislação a
254 única diferença é que não passaria pelo conselho, mas no mais tem que cumprir. Sugestão do
255 conselheiro Diógenes: Seria a elaboração de uma resolução específica para esse item de
256 acordo com a lei que rege as antenas de celulares, passaremos a adotar o critério que a lei
257 específica prevalecer em relação..., O Sr. Giuliano questionou: Não tem de prevalecer..., nós
258 estamos alterando... O Sr. Jader disse: O que o conselheiro Diógenes está sugerindo eu acho
259 que tem validade, o que nós precisamos ver é a questão jurídica de como fazer. De qualquer
260 forma vai ser uma resolução. O Sr. Diógenes disse: É a questão de existir uma lei específica
261 que discrimina que não precisa passar pela aprovação da prefeitura. Então nós adotamos a
262 resolução, porque é uma lei complementar e a lei complementar prevalece sobre a lei
263 específica, assim nós faríamos uma resolução dizendo que passaremos a adotar os critérios
264 constantes da lei específica. O Sr. Juliano Deolindo disse: Nós fazemos a resolução e
265 deixamos a votação para aprovação da resolução para mais tarde. Então nós postergamos a
266 análise e aprovação para depois.

267 **Processo nº 432859 – Requerente: (Retorno) Alteração de Zoneamento de Uso do Solo.** O
268 Sr. Jader pediu a palavra por questão de ordem. Esse processo já passou uma vez aqui na
269 câmara temática, ele foi pedido outras orientações ele veio de novo. A câmara temática de
270 certa forma não quis fazer a alteração, eu não estava na câmara temática e eu fui procurado
271 pela comunidade. Isso aqui é uma situação que não tem muito a ver com o empreendimento
272 em si, mas com o apelo que a comunidade está fazendo. A comunidade se mostrou favorável
273 à instalação por conta de que aquela região é uma região de bastantes sítios particulares que
274 não tem qualquer característica industrial daquela área em diante, tem escola, estão pedindo a
275 ampliação da mesma. Há uma possibilidade de uma contrapartida do empreendedor da escola.
276 Então eu fiquei um pouco inseguro em deixar o processo andar. Se o processo anda
277 praticamente não existe mais. Essa é uma premissa do nosso conselho. Então eu gostaria de
278 pedir aos nossos conselheiros, no meu nome e em nome do secretário a retirada do processo
279 de pauta. Eu me comprometo a ir lá à comunidade ver e trazer um laudo um pouco mais
280 adequado para a gente poder discutir isso aqui melhor. Fazendo uma recapitulação,
281 resgatando a história desse processo. A primeira vez que veio aqui estava com
282 empreendimento normal, tranquilo, nós não aprovados assim já e imediatamente mandamos
283 de volta, vai ter que ser adaptado, inclusive com a proteção da "cerca verde", para questão do
284 barulho etc. O recuo também tem que ser observado pois ali tem uma escola, vai ter que fazer
285 algum trabalho para preservar aquela escola também, então todo o cuidado que foi tomado em
286 relação a isso o empreendedor fez, e nós para lembrar ao conselho uma das primeiras reuniões
287 que nós fizemos nos 2 empreendimentos foram feitas 3 reuniões para aprovar, porque ele
288 levou e trouxe conforme o conselho pediu. Então eu acho que nós estamos construindo bem,
289 desde quando começa a pensar e investir um pouquinho mais de tempo para analisar melhor
290 os projetos que estão sendo propostos. Agora eu também concordo que “aprovar por aprovar
291 sem chance”. Sendo assim nós vamos analisar melhor para que não haja nem benefício, nem

292 prejuízo. Acho que tem que ter um equilíbrio. Desta forma eu acho que tem que retirar porque
293 a câmara temática tem que avaliar melhor o que está acontecendo lá na região, eu acho que
294 ele foi prejudicado neste sentido. A seguir foi lembrado pelo arquiteto Giuliano Colossi que
295 tudo o que a câmara temática vota está lá na página do conselho. Houve manifestações dos
296 conselheiros Diógenes, Mário Henrique Sorato Gaidzinski, Rogério Glislere e Elizete
297 Machado. A seguir foi colocado em votação a solicitação do presidente de retirada de pauta
298 do processo para melhor avaliação. Foi aprovado por unanimidade.

299 **Memorando Interno DPFT nº 160/2015.** Foi apresentado uma solicitação de EIV para uma
300 reforma e adequação de espaço físico em uma edificação que atualmente é um templo
301 religioso. Evidenciou-se que a área física da edificação será reduzida e a atividade é existente
302 desde o ano de 2001. Questionou-se aos presentes que o texto de solicitação de EIV no PD,
303 deva receber uma complementação quanto às reformas de edificações que necessitariam de
304 EIV somente para obras novas. Assim sendo, os presentes concordaram que é demais pedir
305 um EIV para uma obra em reforma e adequação. Discutindo-se que se deve sugerir uma
306 complementação no capítulo que trata deste assunto no texto do EIV, além do que foi
307 aprovado um modelo de requerimento para verificação da necessidade do Estudo de Impacto
308 de Vizinhança - EIV. E também foi aprovado o texto para a elaboração do Projeto de Lei que
309 altera a alínea “b” do inciso II do artigo 133 da Lei Complementar nº 95 de 28 de dezembro
310 de 2012 e dá outras providências. Sendo este: b) permissível: compreende as atividades cujo
311 grau de adequação à área, setor região ou zona dependerá da análise da Secretaria da
312 Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico condicionado a análise do
313 Conselho de Desenvolvimento Municipal-CDM, quando a atividade apresentar impactos
314 negativos para a localidade onde de instalará, mas aceitos condicionalmente em caráter
315 precário e temporal. Após a apresentação o CDM deferiu a solicitação da não necessidade de
316 elaboração do EIV, e deferiu pela alteração da redação da alínea “b” do inciso II do artigo 133
317 da Lei Complementar 095 de 28 de dezembro de 2012. Em seguida foi colocado em votação
318 se acompanhavam ou não o parecer da câmara temática. Houve manifestações dos
319 conselheiros: Rogério, Tasca, Elizete, Ayser e Diógenes. No presente caso faremos duas
320 votações: A 1ª com relação à igreja no que tange a isenção do EIV, sendo aprovado por
321 unanimidade. A 2ª votação no que tange a fazer uso (aplicação) do formulário. Foi Aprovado
322 por unanimidade.

323 **Processo nº 433197 – Retorno – Edifício Residencial e Com. Rogacionista.** Foi
324 apresentado ao conselho o questionamento a respeito da questão de mineração naquele local e
325 nós pedimos informações ao DNPM, que encaminhasse resposta contendo todas as
326 informações em relação as áreas de mineração do carvão. Nós informamos ao conselho na
327 última reunião e encaminhamos também ofício ao SIESESC solicitando informações a
328 respeito da mineração do carvão que foi feita naquele local. O SIESESC encaminhou resposta
329 através do ofício 12/2015, que foi lida nesta reunião. Após foi dada a palavra aos conselheiros
330 inscritos pela ordem: Conselheiro Sr. Pedro dos Santos: Uma pergunta que gostaria de fazer
331 em relação a esses pilares desta mina Santa Augusta, ou seja, a não recuperação desses
332 pilares, vamos dizer assim, e que estudos se fez ou que estudos existem de que esses pilares já
333 não estejam deteriorados com o passar desses anos. Quanto tempo mais esses pilares vão
334 aguentar? Porque na época ou, aliás, até hoje eles extraem esse carvão na base da detonação e
335 não como minerador continuo? Minerador continuo não mexe com solo, com nada, na base de
336 explosivo racha tudo. (...) porque o número de pavimento de 08 andares. Para que isso
337 acontecesse teria que ter um estudo profundo nos pilares para ver se os mesmos estão se
338 deteriorando. O Sr. Jader disse: Por uma questão de ordem. Este assunto que o senhor coloca
339 também é uma preocupação deste secretário, entretanto, ela só vai constar em ata como uma
340 observação, mas ela não tem haver com o conselho, o conselho não é responsável por isso,
341 para deixar bem claro aos outros conselheiros importante dizer o seguinte: qualquer

342 empreendimento que seja feito, os arquitetos, engenheiros, e todos que estão aqui podem me
343 corrigir se eu estiver errado, qualquer empreendimento que seja feito em Criciúma tem que
344 passar por este tipo de estudo por conta de que todo mundo sabe que nós estamos numa área
345 minerada. Só para vocês lembrarem não é privilégio do período atual, todos os prédios que já
346 foram construídos em Criciúma, inclusive e, provavelmente, os nossos em que nós moramos,
347 foram feitos isso, então para fazer esse empreendimento, o empreendedor vai ter que contratar
348 e essa é a sugestão que é dada aqui que ele faça lá o seu estudo de geologia, de sondagem,
349 esses são os termos técnicos. Então conselheiro Sr. Pedro, só para deixar registrado é que vai
350 constar em ata, entretanto, só como observação. Conselheiro Sr. Diógenes solicitou a palavra:
351 Agora eu vou contra argumentar o que eu pedi e o que veio. Isso aí foi minerado sob minha
352 responsabilidade técnica, quando ele diz aí a base é onde eles vão fazer a geologia e colocar
353 nesse ponto aqui. Temos 02 arenitos o que fica no teto e esse varia em torno 4 a 5 metros de
354 espessura que é onde ocorre as flexões e provoca as rachaduras, e o que sustenta tudo que é
355 aquele que fica abaixo da galeria. A minha colocação foi o seguinte: nós tínhamos que
356 consultar o órgão que jogou o mico para outro. Esse parecer do SIESESC aí não vale nada,
357 nós não vamos votar com isso aí pessoal. A minha colocação é essa eu peço que não vote isso
358 aqui, eu não consegui falar com o Doutor Darlan, eu e o Pedro nós vamos ao MPF, vamos
359 ajudar o Jader pelo seguinte, nós vamos solicitar para quem de direito vai dizer exatamente
360 que tipo de edificações... O DNPM tem um órgão responsável que vai dizer a vocês, nessa
361 área aí quais são os tipos de edificações em função do que ele mandou minerar. Eles têm que
362 dizer que tipo de edificação é permitido ou não nessa área e o órgão responsável é o órgão do
363 Governo Federal chamado de DNPM – Ministério das Minas e Energias, existindo o
364 departamento correspondente lá. Na minha época não existia técnico capacitado no Brasil
365 para determinar as dimensões dos pilares, então veio um engenheiro alemão chamado "Peter"
366 e ele determinou todos os parâmetros que deveriam ser mencionados nas minas como metros
367 de camadas e pilares, para todas as minas que estão funcionando até hoje se está determinado
368 até hoje. Então pessoal, não vamos votar nada com uma carta do SIESESC, quem deveria
369 dizer que estava liberado era do DNPM. O Sr. Jader pediu a palavra: Deixa eu fazer uma
370 lembrança para todos os conselheiros aqui, sou obrigado a interferir, o conselheiro Diógenes
371 faz essa fala aqui já desde o início e nós tomamos as providências, nós mandamos ofício para
372 o DNPM. O DNPM respondeu que este inventário está nas mãos do SIESESC. Eu sou
373 obrigado a interferir por uma questão simples, o Município reconhece isso, sabe que tem esse
374 problema da mineração, tomou as providências através do conselho, fomos aconselhados por
375 este conselho a fazer isso e fizemos e temos as respostas, se vai ser questionado a mineração
376 em Criciúma no âmbito do MPF é outra esfera, vocês me desculpem, mas aqui nós temos que
377 aprovar ou não a solicitação que ele está solicitando, desde que ele obedeça às regras da
378 construção civil que é obrigatoriedade dele. Não se pode permitir esse jogo de empurra para
379 cima e para baixo aqui, a gente por prudência fez a consulta. O Conselheiro Sr. Márcio pediu
380 a palavra: Só a título de esclarecimento eu trabalho no SIESESC auxiliei nessa resposta. Foi-
381 nos encaminhado esse ofício e nós já tínhamos conhecimento, inclusive para evitar emanar
382 opiniões a respeito disso por causa dessas polêmicas. No entanto, como foi algo que foi para
383 DNPM, e para que isso não ficasse sem resposta, inclusive técnica, nós pegamos e fizemos
384 uma análise. O SIESESC foi lá pegou todo acervo de mapas, empresa por empresa,
385 providenciando uma cópia de tudo isso se digitalizou tudo e se colocou numa base de dados
386 única sobre informações geográficas e devolveu. Neste meio tempo foi fornecidas
387 informações a prefeitura para o IPAT e passou-se também para um grupo técnico GTI, que
388 trata também da sentença da parte da União. Eles têm esse material o que não tem talvez
389 sejam condições de fazer e analisar esse material todo como nós fizemos, nós nos debruçamos
390 sobre isso, e responder a duas perguntas: I - qual é a profundidade? II – Se podia ou não ter
391 5/8 andares? O que nos cabe apenas dar uma opinião em resumo do seguinte: Um bom projeto

talvez possa ter 15/20 andares desde que leve em conta que existe uma área minerada, que os pilares tem aquela dimensão e que talvez não estejam lá exatamente com a dimensão que está desenhada lá. Um bom projeto que tem qualidade que leve isso em consideração ele vai ficar em pé, ao contrário, de muitas residências de 01 só andar, como é caso que ocorreu em Içara, a casa do Maria Céu, etc. O Sr. Jader disse: Por questão de ordem. O projeto está sendo retirado de pauta por falta de quórum, não temos mais como votar hoje. A seguir passou ao próximo assunto de pauta. O Sr. Giuliano apresentou o resultado das discussões da outra câmara temática onde estamos construindo a questão da transferência do direito de construir e da outorga onerosa do direito de construir. Todos já sabem que dentro do plano diretor há possibilidade de aumento nos índices de aproveitamento em construção, ou seja, em área construída seja em altura ou largura, sendo que esse recurso é revertido para o município no Fundo de Desenvolvimento Municipal – FUNDEM. É aquilo que a gente vai ver na Lei de Criação do FUNDEM. Nós falamos para quem estava presente naquela reunião da câmara temática, que uma área verde nunca vai poder ser construída ou uma área em declividade num outro local da cidade em determinado zoneamento pode-se construir acima do permitido, mas isso tudo vai estar determinado em lei específica, o que ainda está em construção para depois trazer a câmara temática e o conselho. Ele pode fazer a transferência também em locais que não verticalizou, pode verticalizar em outro local. Tudo isso está sendo debatido em área que é histórica e que não pode ser demolida porque foi tombado no sentido de preservação. Pode ser que nesse local ele tinha 16 pavimentos então ele vai ter que transferir para outro local com índice que possibilite que ele não fique no prejuízo, porque nós não queremos o prejuízo para ninguém e que também se cumpra a função social da propriedade. A outorga do direito de construir é questão que se pode construir acima do limite permitido do índice de aproveitamento básico até o coeficiente máximo. Nós temos na tabela algumas regiões que permitem que se construa assim, nós estamos também prevendo a construção em outros locais onde vai gerar um rendimento para aplicar diretamente nas questões de urbanização e nas questões de regularização fundiária, que são coisas que estão meio que a deriva, a gente não tem um fundo para esses investimentos e isso é obrigatório a partir do Estatuto da Cidade. Nós estamos começando a construir a legislação neste sentido, que é regulamentando aquilo que está no plano diretor. Para isso funcionar nós precisamos do Fundo, que é o Fundo Desenvolvimento Municipal ao qual já foi apresentado neste conselho. Nós encaminhamos à Procuradoria para verificar o texto da legislação, sendo respondido que a legislação está construída em cima da legislação do plano diretor, então seguem todas as regras que estão colocadas no plano diretor. O decreto que é posterior à lei que vai ser lido neste momento. Após a leitura do Decreto houve manifestações dos conselheiros Ayser, Diógenes, Roberto e Mário, sendo apresentadas as seguintes sugestões: 1ª sugestão: corrigir a redação do art. 5º para que conste “deverão” em vez de “poderão”. 2ª Sugestão: art. 3º inciso IV – esclarecer que o em conjunto se trata do Presidente do Conselho e do Secretário e Planejamento. 3ª sugestão: no art. 4º - para que se acrescente o parágrafo 1º - com a criação de uma auditoria externa. A seguir o Sr. Juliano Deolindo deu a seguinte explicação. Está no próprio plano diretor que a “lei específica criará o fundo e o decreto o regulamentará”. É exatamente assim que se procede, isto é, técnica legislativa. É a essência da lei, neste caso um cria e o outro regulamenta. É muito mais difícil alterar uma lei que um decreto. A prerrogativa é do conselho. Após foi colocado em votação o projeto de lei e o decreto. Sendo aprovado pela maioria dos presentes e houve 01 voto contrário para a lei pelo Sr. Diógenes. A seguir foi comentado aos participantes pelo Sr. Giuliano Colossi: Todos sabem que nós temos que fazer o plano de mobilidade urbana e essa é responsabilidade de uma das câmaras temáticas, ficou a cargo da ASTC que vieram aqui e apresentaram de que forma fariam, por meio de um Termo de Referência, foi feito uma licitação, feito todo o encaminhamento e já temos uma empresa vencedora que vai cuidar disso. Então nós queremos apresentar o Sr. Leonardo Tiscoski que é

442 quem vai ficar responsável para elaborar o plano de mobilidade urbana, sendo que já está
443 vindo aqui participar conosco e interagir com o conselho, conhecer nossa dinâmica, para logo
444 em seguida nos ajudar, pois precisamos de um plano de mobilidade urbana, pois Criciúma
445 merece. Por fim, o ex-presidente Juliano Deolindo agradeceu mais uma vez a colaboração de
446 todos e informou que está disposição do conselho para auxiliar naquilo que precisar. O
447 presidente interino do Conselho e Secretário do Planejamento agradeceu a presença de todos.
448 Esgotados os assuntos encerraram-se os trabalhos. Eu, Maria Ângela Mattos lavrei a presente
449 ata, que depois de lida e aprovada, será por todos os presentes assinada.